

EVA ALTERMAN BLAY

Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres

EVA ALTERMAN BLAY

é professora do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e coordenadora científica do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (Nemge-USP).

“*Numa época elas foram de carne e osso; depois deixaram apenas lembranças, retratos, seus textos e sua arte*” (Natalie Zemon Davies, *Nas Margens*).

Agradeço à professora Miriam L. Moreira Leite a cuidadosa revisão e sugestões feitas a este texto.

É

assim que Natalie Davies lembra três extraordinárias mulheres do século XVII, mulheres que simbolizam tantas outras.

Em 1600, a judia Glikl bas Judah Leib, a católica Marie de l’Incarnation e a protestante Maria Sibylla Merian deixaram testemunhos de vidas dedicadas ao trabalho, à arte, à pesquisa. Glikl, amargurada por dolorosas perdas, escreveu sua história para os doze filhos. Foi além de si própria e, em sete volumes, deixou o testemunho do início da modernidade visto à luz da experiência de uma mulher pertencente a um povo segregado.

Marie de l’Incarnation teve a ousadia de “abandonar” seu único filho para cumprir missão que se auto-impôs, a de cristianizar os nativos do Canadá; abandonou para sempre a França e deixou, como legado, a história do mundo nativo e da cristianização nas cartas que sempre enviou, justamente, ao filho distante.

Maria Sibylla fez a proeza de vender seus bens e com os próprios recursos pagar para si e para a filha uma extraordinária travessia por mares, de Amsterdã para o Suriname, onde queria pesquisar e pintar insetos, borboletas e plantas.

Isso tudo aconteceu no início do século XVII. As obras escrita e artística das três chegaram aos nossos dias, estão

em bibliotecas e museus do mundo, e influenciaram o pensamento moderno e pós-moderno.

Foram pioneiras?

Ao longo da história, é recorrente aparecerem mulheres que abrem novos espaços; como Penélopes, a cada momento temos de romper obstáculos e reconquistar o direito de ser. Não por acaso é notícia de primeira página dos jornais, em pleno 2001, quando uma mulher é nomeada para cargo importante numa siderúrgica, numa emissora de televisão, mas são também notícias de destaque aquelas pós-graduandas que “voltam para o lar” (1).

Até a década de 1960 a história, quando focalizava a mulher, atinha-se às supostas atividades femininas fundamentais, isto é, às de um ser apêndice da família. A historiografia simplesmente ignorava a participação feminina no mercado de trabalho, a enorme freqüência com que sustentavam economicamente a si e aos seus, estudavam, eram talentosas e exerciam inúmeras atividades além das do lar. Ignorava as diferenciações decorrentes da condição de classe. Essa mesma história deixou na obscuridade outro lado da vida familiar: como as mulheres evitavam filhos, quantas pagaram com a vida os abortos provocados, as terríveis contingências impostas por maridos violentos, o duplo padrão de sexualidade imposto a homens e mulheres, as inúmeras formas de dominação nas relações sociais de gênero.

Ao reescrever esta história vem à tona a lógica desta exclusão: as mulheres viviam “nas margens” do poder cujos centros eram e são ocupados por homens. Na maioria dos sistemas políticos, as relações hierárquicas de gênero reproduzem-se na herança social das sociedades contemporâneas.

DA DIFERENÇA À DESIGUALDADE

A trajetória das mulheres no mundo capitalista e socialista, ocidental e oriental, é marcada pela discriminação. Diferenças sexuais foram pretexto para impor relações

hierárquicas, homens nas posições de dominação e mulheres nas subordinadas. Esta relação hierárquica de gênero é encontrada em todas as classes sociais, em diferentes grupos étnicos, e se reproduz a cada geração. As variáveis se combinam gerando uma estrutura hierárquica em que posição econômica se articula à etnia na escala de poder: nas sociedades capitalistas homens brancos e de elevadas posições econômicas situam-se no alto da pirâmide de poder, mulheres brancas e de alta posição econômica têm maior poder que os homens de qualquer outro grupo étnico, mesmo que economicamente bem situados, e assim por diante. As mulheres negras e pobres são as que se situam nas posições mais baixas desta hierarquia.

A posição social de pessoas mais velhas tem variado ao longo do tempo. Nas sociedades ditas primitivas a estrutura de poder segue critérios baseados no saber detido pelos mais velhos, no exercício de poderes mágicos e no controle do sobrenatural e da natureza.

Generalizações são sempre precárias porque as sociedades são heterogêneas. Contudo a condição de gênero é decisiva na formação de relações sociais hierárquicas. Em países onde a social-democracia se instalou, no princípio do século XX, as relações hierárquicas, em todos os campos, são mais atenuadas, mas estão longe de ser igualitárias.

2001: AS MUDANÇAS NO TRABALHO FEMININO FORAM ANTES QUALITATIVAS QUE QUANTITATIVAS

Por que é consensual a afirmação de que “agora” as mulheres trabalham fora quando na verdade esta atividade sempre existiu? No Brasil mulheres sempre exerceram atividades econômicas enquanto escravas, libertas e livres, no sertão, nas fazendas, nas vilas e nas cidades. A iconografia é reveladora desta faina, mas o olhar não enxergava a dimensão do trabalho eco-

1 O Estado de S. Paulo, 4/2/01, primeira página.

QUADRO 1 - TRABALHO/SEXO (Pessoas com 10 anos ou mais)

		Homens	Mulheres	Total
Total	130.895.798	63.819.733	67.876.857	58,2%
Economicamente ativos	79.315.287	46.480.321	32.834.366	40,5%
Total	100%	72,8%	48,4%	

Fonte: IBGE, 1999.

nômico da mucama, das vendedoras de rua, das cozinheiras, das camponesas, das operárias; fixava-se no corpo, na sexualidade, na roupa. Era um olhar educado numa perspectiva de gênero, que reduzia o corpo da mulher ao sexo. Esse mesmo olhar que “não via” educou gerações até os anos da crítica feminista de 1960. Tomem-se os censos ou anuários do IBGE. Foi necessário discutir com os estatísticos para que homens e mulheres fossem apresentados separadamente em seus dados. Até o Censo de 1970 esta distinção não era feita, mesmo porque a própria coleta de dados em vários setores da força de trabalho só computava o trabalho do chefe da casa (2) que, por princípio, era o homem e nunca a mulher; também o trabalho das crianças ficava excluído. No setor industrial, os dados eram coletados mas não apresentados nos resultados censitários, apesar de que, desde os primórdios da industrialização brasileira, as tecelãs somavam quase 40% da força de trabalho empregada. Contradizendo a suposição de que a participação no mercado de trabalho é recente, os dados indicam que *agora*, somando-se toda a força de trabalho feminina, chega-se a pouco mais de 40% (IBGE 1999, Quadro 1).

Paralelamente houve mudanças na estrutura do mercado de trabalho, ampliaram-se e se diversificaram os setores que incorporam mulheres. Há mais médicas, advogadas, químicas, biólogas, profissionais liberais, comerciantes, varredoras de rua, catadoras de lixo; mas duas em cada dez trabalhadoras em São Paulo são ainda em-

pregadas domésticas (3). A entrada das mulheres nas profissões liberais ocorreu quando estas perderam prestígio e remuneração (Blay, 1978). Embora se afirme que a feminização de algumas profissões tenha provocado a proletarização das mesmas, foi exatamente o contrário que ocorreu. As mulheres foram entrando para ocupações como o magistério, por exemplo, quando os homens buscaram outras carreiras mais bem remuneradas e de mais prestígio social (4). Ao diminuir a concorrência ficou mais fácil obter um cargo na carreira. Exceto nos postos mais altos.

As diferenças salariais em detrimento da mulher persistem no Brasil como em países que têm políticas de igualdade, como os Estados Unidos ou a União Européia. Em 1970 os salários das americanas eram 62,2%, em média, do salário masculino. Em 1996 essa diferença diminuiu, chegando a 75% (Coetello, 1998). Na União Européia as variações dependem do país considerado mas a desigualdade fica ratificada pelas propostas de políticas de igualdade de gênero em todos os países que a compõem. No Brasil, em média, os ganhos das mulheres são 60% do pago aos homens, nas mesmas atividades. No serviço público, em que a remuneração é igual, as diferenças decorrem do nível do posto ocupado; raramente as mulheres alcançam os mais altos e mais bem remunerados.

Fatores biológicos como menstruação, gravidez, maternidade, aleitamento, continuam a ser alibis para impor uma desqualificação ao trabalho da mulher; o mercado

2 Creio que o Censo de 2000, como admitiu o presidente do IBGE, trará esta distorção. Ver também comentários muito oportunos sobre esta distorção em: Monica de Melo, *Diário Popular*, 10/12/2000.

3 Em 1994 os serviços domésticos absorviam 18,3% das ocupadas; em 1998 subiu para 19,5% (Seade, 2000).

4 Ver o caso da Química analisado em: E. A. Blay, 1978.

pretere-a para cargos mais bem remunerados sob a alegação de que ela tem “responsabilidades familiares” a cumprir ou de que é mais “frágil”. No passado alegava-se que ela ficava “impedida” certos dias do mês; atualmente modernizou-se o impedimento, alega-se que ela fica fragilizada pela TPM (tensão pré-menstrual).

Estes argumentos são usados mesmo com o avanço da tecnologia que praticamente elimina o fator força física em novas modalidades de trabalho e do desenvolvimento de métodos para controle da fecundidade e tratamento de problemas hormonais. Nos últimos trinta anos o movimento feminista procurou mostrar que “a maternidade não é doença”, que a “licença-maternidade” é um direito e não um favor, que ter e cuidar da prole é uma “função social” e que as crianças não são apenas da mulher mas também do homem. Isto levou a mudanças na legislação trabalhista mas nem por isso alterou a mentalidade antimaternidade e seu corolário depreciativo do trabalho feminino.

A questão vai além da lei e do direito. Tem a ver com a subjetividade feminina e masculina socialmente construída dentro de um modelo de hierarquia de gênero: “cuidar dos filhos é tarefa de mulher”; ela trabalha para “ajudar” nas despesas da casa – mesmo que seja a única pessoa com remuneração na família. Quando algumas mulheres de alta posição econômica decidem “voltar para o lar”, para o cuidado dos filhos, da casa, a notícia recebe tratamento especial como se a *ordem estivesse sendo restabelecida*; louva-se este retorno – aliás possível apenas para mulheres que tenham recursos financeiros –, fortalece-se a culpa das que “abandonam” seus filhos aos cuidados de terceiros. Ignoram-se os argumentos feministas de que as responsabilidades com os filhos devem ser divididas, que ao Estado cabe proporcionar atividades educacionais, esportivas e de lazer para crianças e jovens de todas as classes sociais e que, ao abandonar suas atividades econômicas, as mulheres ficam à mercê de eventuais uniões desastrosas e de companheiros autoritários (Blay, 1997).

A ausência de políticas públicas reprodutivas fez com que as mulheres buscassem seus próprios meios para reduzir o número de filhos. Abortos clandestinos – pois o país os proíbe –, métodos os mais primitivos para evitar a gravidez aliados ao consumo indiscriminado de pílulas anticoncepcionais evitaram o nascimento de crianças mesmo que à custa da saúde e da vida das mulheres. O resultado foi que chegamos ao ano 2000 com uma população de 169 milhões e um índice médio de fertilidade de 2,3 filhos quando, se a taxa fosse a mesma de 1960, isto é, 6,3 filhos por mulher, hoje a população seria de 220 milhões (*Boletim Saúde Reprodutiva na Imprensa*, edição de 16 a 31/1/01). A redução do número de filhos decorre de vários fatores, tais como educação, condições econômicas, religião e certamente também de perspectivas ocupacionais.

As mulheres da classe trabalhadora quase sempre exerceram atividades remuneradas em casa e fora dela pela total ausência de escolha; as mulheres de classe média e alta tiveram a oportunidade, em alguns períodos, de optar se queriam ou não fazê-lo. Atualmente o que se observa é que houve um relativo incremento da participação da força de trabalho feminina, porém, a maior alteração consistiu na participação em novas áreas.

2001: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER É AINDA UMA DAS FACES MAIS CRUÉIS DO QUOTIDIANO FEMININO

Um dos mais persistentes comportamentos machistas está na violência física, sexual e psicológica contra mulheres de todas as idades e de todas as classes sociais. Nenhuma sociedade complexa escapa à violência de gênero. Em 1998, por exemplo, em reunião do Conselho da Comunidade Européia em Bucareste, na Romênia,

discutiram-se medidas a serem tomadas para os novos países que foram admitidos à Comunidade. Leis já existiam na Noruega, Suécia e Grã-Bretanha mas era necessário estendê-las a Rússia, Bulgária, República da Moldávia e Romênia (5). O problema também se apresentava no Quênia, em Gana, Uganda, Estados Unidos, Canadá, Israel. Cada país procura adotar medidas compatíveis com seus recursos financeiros e, principalmente, impulsionado por movimentos organizados de mulheres.

A sujeição feminina à violência é um padrão de comportamento que só recentemente começou a ser questionado no Brasil. O Código Civil brasileiro garante ainda a subordinação da mulher pois não se alterou o capítulo relativo à família (6). É de 1962 a alteração dos Direitos da Mulher Casada livrando-a, parcialmente, da sujeição ao marido que, mesmo desaparecido, continuava a deter poder sobre os bens e os filhos do casal (7). A Constituição de 1988 veio trazer algum alívio, garantindo o reconhecimento de uniões estáveis. Finalmente a Lei 8.560 permite à mulher indicar o nome do pai no cartório de registro civil. Até então isto lhe era negado por suspeição de que estivesse mentindo. Atualmente ela tem o direito de registrar o nome do pai, mesmo à revelia do homem, o qual pode, no entanto, negá-lo. A prova, através do DNA, é um dos mecanismos que homem ou mulher podem requisitar. No entanto, o homem pode se negar a fazer o teste em nome de sua inviolabilidade. A questão do reconhecimento da paternidade avançou muito mas não está inteiramente resolvida. Ela nos dá a dimensão da imagem da mulher tida como exploradora, mentirosa, sexualmente permissiva.

A violência física, o estupro, incesto, crueldade psicológica, ameaças de morte e o assassinato são quotidianos e, como em outras sociedades, atravessam todas as classes sociais.

Em São Paulo, maior metrópole brasileira, o assassinato é a terceira causa de morte de mulheres (Blay, 2000; Seade, 2000). Só é inferior às mortes por razões

cardiovasculares e Aids. Esta última, porém, é frequentemente contraída do próprio marido ou companheiro que mantém relações sexuais extraconjugais.

Os assassinatos ocorrem em todas as faixas etárias e classes sociais e, com frequência, por alegada “violenta emoção”. Esta expressão, usada juridicamente para inocentar o assassino (Melo, 2000), esconde que ele age movido pelo inconformismo em aceitar que a mulher rompa um relacionamento amoroso. Passa a persegui-la e, em face da resistência dela em retomar o relacionamento, ele acaba matando. Não importa se é um ex-marido, ex-noivo ou ex-namorado: todos eles se sentem no direito de continuar controlando aquelas que consideram “suas” mulheres. É a propriedade do corpo, o controle da sexualidade da mulher que é exigida. A negação implica a eliminação da “rebelde”.

O comportamento violento se reproduz entre os jovens que os vivenciam na própria família e é fortalecido pela mídia, que enfatiza ações violentas contra a mulher. Aprende-se a violência de gênero nas novelas, nas músicas, na desqualificação do corpo feminino, inclusive de meninas. Não é incomum ver a consequência desta escalada de violência contra a mulher entre jovens conforme se vê noticiado em jornais: “ex-namorado diz que matou garota por ciúme”(8). Eles só tinham quinze anos.

Trabalhos sobre a violência contra a mulher são esparsos e produzidos principalmente por estudos feministas. Em grande parte resultam de serviços de atendimento feitos por organizações governamentais ou ONGs. O Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência, da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, com dados relativos a 1999-2000, indica que em 70% dos casos por eles atendidos a violência contra a mulher acontece dentro de casa e é praticada por parceiros ou parentes. O SOS Mulher – que funciona no Hospital Estadual Pedro II – registrou 1.495 casos de agressão (*O Globo*, 16/1; *Jornal do Brasil*, 17/1, apud *Boletim Saúde Reprodutiva na Imprensa*, edição de 16 a 31/1/

5 Population Reference Bureau, *Inquietudes Femininas: Informe de Mujeres sobre la Violencia contra su Sexo*, Measure Communication, Washington D. C., s/d.

6 “Livro I – Do Direito de Família”.

7 Monica de Melo considera que o “Estatuto da Mulher Casada, lei 4.121, de 27 de agosto de 1962, tem como principal avanço o fato de não mais considerar a mulher como pessoa relativamente incapaz ao exercício de certos atos da vida civil, ao lado de maiores de 16 e menores de 21 anos, dos pródigos e dos silvícolas. Antes do estatuto a mulher se enquadrava nessa categoria sendo comparada aos menores e aos índios, ou seja, precisava ser tutelada e dependia da assistência do marido ou de seu responsável para trabalhar, para vender, comprar etc.”.

8 “Crime Passional”, in *Diário Popular*, Caderno Mulher, 3/9/00; *O Estado de S. Paulo*, 22/3/00.

01). O coordenador do SOS Mulher, Moyses Rechtman, confirma o que há anos o movimento feminista tem apontado: são as mulheres que não têm remuneração as vítimas mais vulneráveis, dada sua dependência e baixa auto-estima.

A violência contra a mulher tem sido denominada “violência doméstica”. O qualificativo doméstico tem uma conotação desqualificadora, menor, que acaba contaminando a denominada “violência doméstica” fazendo-a ser considerada menos importante. Além disso, quando se fala em “violência doméstica” induz-se à suposição que ela se limite ao espaço da casa, quando na verdade ela ocorre em qualquer lugar (no trabalho, no lazer, na rua). Embora, contradizendo o ditado popular, os movimentos feministas tenham insistido em que “em briga de marido e mulher *se deve meter a colher*”, ainda assim, até mesmo a polícia não costuma atender tais casos, a não ser tarde demais.

Independentemente de avanços econômicos e culturais a violência contra a mulher aumenta a cada dia, muitas vezes em nome do “amor”. Defensores dos assassinos procuram justificá-los como atos cometidos “por amor”. Na verdade tais crimes buscam manter o controle masculino sobre a sexualidade feminina.

Há 15 anos, no auge do movimento feminista, criou-se um clima favorável à criação de um órgão público de defesa da mulher: em 1985 foi criada a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher no estado de São Paulo. Entidade da Secretaria de Segurança Pública, ligada à Polícia Civil, a DDM teve sucesso instantâneo. Iniciativa do governo Montoro e do secretário de Segurança Michel Temer, contando com o apoio do Conselho da Condição Feminina, a DDM tornou-se referência para todo o país. Em 2001 estavam implantadas 125 DDMs no estado de São Paulo e cerca de 250 no Brasil todo. Alguns países da América Latina implantaram o mesmo modelo. A essas delegacias acorrem mulheres de todas as faixas etárias com queixas de violência física, estupro, atentado violento ao pudor, incesto, abusos de todas as or-

dens. A peculiaridade das delegacias da mulher é que nelas só trabalham mulheres em todos os cargos, o que facilita o entrosamento entre a vítima e a autoridade policial. As queixas apresentadas causam enorme pudor em suas vítimas, que se constroem em falar com um homem. Daí, em parte, o sucesso dessas delegacias que atenderam, no estado de São Paulo, no ano de 2000, 310.058 casos. Foram 78.962 lesões corporais dolosas, 62.035 ameaças, 1.486 estupros. Os homicídios, em geral, são enviados para outras delegacias, mas nas DDMs registraram-se 41, além de 213 tentativas (9).

Analisando-se como a mídia escrita tem tratado a questão da violência contra a mulher observam-se aspectos contraditórios. Enquanto há uma banalização da violência contra a mulher, de modo geral, muitas vezes noticiada como um fato corriqueiro, de outro algumas mudanças podem ser observadas. Cerca de 15 anos atrás, quando um homem era acusado de praticar incesto, engravidar uma enteada, os jornais noticiavam o fato caricaturando a violência e desqualificando a mulher: “Trocou uma de 30 por uma de 15”, por exemplo (Prado, 1981). Atualmente observa-se repugnância ao estupro, à violência física em crianças e mesmo em mulheres. Parece ter penetrado nos meios de comunicação e na população uma nova visão da violência sexual pois, se antes as mulheres estupra- das eram vistas como culpadas da violência, hoje tais atos são repudiados e por vezes punidos pela própria população. Essa mudança se deve, em grande parte, ao movimento feminista que, durante anos, mostrou que as vítimas eram pessoas de todas as idades, de bebês a mulheres idosas, vestidas com uma calça justa ou um hábito de freira; estavam todas à mercê da mesma violência. E, mais ainda, que esta era praticada inúmeras vezes dentro da própria casa, por amigos ou parentes das vítimas.

Os avanços ao nível da consciência social não foram suficientes para reduzir o número de atentados e de assassinatos de mulheres mas pode-se afirmar que o problema está se equacionando.

9 Agradeço à dra. Maria Ines Valente o apoio para o acesso aos dados das DDMs.

2001: CONTINUA PEQUENA A PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA ELEITORAL

A participação política das mulheres é um dos capítulos mais desiguais nas relações sociais de gênero. Nos países nórdicos, após anos de alterações legislativas visando alcançar um equilíbrio de gênero, obteve-se relativo sucesso: as mulheres são quase 40% do Parlamento. Isto foi conseguido depois de várias medidas eleitorais, como a organização de listas de candidatos com alternância de um nome masculino e um feminino (Quadro 2) e muita mobilização popular.

Em alguns países comunistas, como a Checoslováquia, tentou-se impor equidade política por medidas “autoritárias” resultando no aparecimento de novas hierarquias. Analisemos o caso da Checoslováquia, que me parece paradigmático. Hana Havelková (1999) mostra que, para o regime comunista, todos os problemas eram considerados “resolvidos” pelo Estado e,

portanto, o antigo movimento de mulheres, que tinha alcançado muitos progressos, foi extinto; sentimento de injustiça se apoderou das mulheres, que não reconheciam na “emancipação” forçada pelo Estado uma verdadeira liberação. O regime gerou novas diferenças: operários e agricultores passaram a ganhar mais que intelectuais ou profissionais liberais. Criou-se uma nova solidariedade de “classe” e não de gênero: mulheres e homens intelectuais se solidarizaram esquecendo as discriminações de gênero. As mulheres resistiam em participar do partido político dominante – curiosamente usando como subterfúgio seus “deveres maternos” – e acabaram excluídas das altas posições partidárias. Instalaram-se dois tipos de segregação de gênero: *horizontal* (mais mulheres em áreas não favorecidas pelo sistema paternalista do governo) e daí a feminização excessiva, por exemplo, da escola e da saúde; *vertical* (as mulheres ocupando posições inferiores). Essa segregação, no entanto, não foi percebida como um problema de gênero mas sim político. E ainda surgiu uma nova elite de mulheres educadas (alto prestígio e baixo salário) e outro grupo de mulheres

QUADRO 2 - PERCENTAGENS DE MULHERES NA CÂMARA E NO SENADO

País	Câmara Federal ou Parlamento Unicameral	Senado	Soma da Câmara e do Senado
Países Nórdicos	38,8%	—	38,8%
Américas	15,3%	14,4%	15,2%
Ásia	14,5%	17,6%	14,7%
Europa (menos Países Nórdicos)	14,0%	13,9%	14,0%
África Subsaariana	12,4%	13,9%	12,6%
Pacífico	11,9%	25,6%	13,5%
Países Árabes	3,8%	2,9%	3,6%
Média Mundial	13,9%	13,6%	13,8%

Fonte: Htun e Jones, 2000.

trabalhadoras (baixo prestígio e baixo salário). No pós-guerra o sistema comunista desvalorizou tudo que fosse doméstico (casa, alimentação, inclusive o amor), valorizando o público e o político: “a mulher ideal era aquela co-lutadora e camarada”. Ora, isto foi considerado uma forma de o Estado controlar o indivíduo levando mulheres a uma “resistência civil” em nome do fortalecimento dos valores tradicionais como a família, casa, filhos. O resultado final de todo esse processo foi o reaparecimento de novas formações hierárquicas de classe e de gênero.

Enquanto para as mulheres da América Latina e do Caribe a “resistência civil” foi uma forma de se contrapor às ditaduras militares de direita, na Checoslováquia a

mesma expressão, “resistência civil”, foi usada contra os governos de esquerda. Nos dois sistemas a hierarquia de gênero resiste.

Sociedades que se bateram contra ditaduras e pelo socialismo, como alguns países da América Central, mantiveram a mesma hierarquia de gênero ao reorganizarem o regime democrático. Luciak (2000a; b) mostra como o movimento feminista se organizou na Nicarágua e El Salvador após a participação das mulheres na guerrilha; os acordos de paz não outorgaram a elas os mesmos direitos que aos homens. Inicialmente foram discriminadas na distribuição de terras, nos apoios financeiros, e na própria estrutura partidária. Também a sociedade continuou a discriminá-las: o homem que voltava da guerri-

QUADRO 3 - MINISTRAS NA AMÉRICA LATINA

País	Ano	Mulheres ministras	Total de ministros	Porcentagem de mulheres/total
Argentina	2000	1	13	8%
Brasil	2000	0	?	0
Chile	2000	5	16	31%
Colômbia	2000	4	17	24%
Costa Rica	2000	5	17	30%
Cuba	2000	2	25	8%
República Dominicana	2000	2	22	9%
El Salvador	2000	3	13	23%
Guatemala	2000	1	13	8%
Honduras	2000	3	18	17%
México	1998	2	22	9%
Panamá	2000	3	12	25%
Paraguai	2000	0	10	0%
Peru	2000	1	15	7%
Uruguai	2000	0	14	0%
Venezuela	2000	0	14	0%

Fonte: Htun e Jones, 2000.

lha era um herói da democracia; as mulheres que voltavam eram vistas como traidoras por terem abandonado a família, os pais.

Para entender o processo de participação política da mulher no Brasil façamos uma retrospectiva destacando alguns períodos históricos importantes.

No Brasil, pelo menos desde o século XIX, a questão mulher foi tema de discussão. A primeira vaga do movimento feminista brasileiro avançou na crítica à sujeição e exclusão da mulher e ocupou consistentemente a imprensa escrita da época como bem mostrou Crescenti (1989). Mulheres como Maria Lacerda Moura escreviam em livros e jornais, atuavam como libertárias e contra o capitalismo industrialista (Leite, 1984). Nisia Floresta adaptou, ainda no século XIX, a feminista Wollstonecraft (10). Nisia, por sua vez, foi professora, escritora e viajante. Inovou a educação feminina fundando escola onde a cultura substituiu as limitações do tradicional ensino de prendas domésticas. Ela própria libertou-se de casamento imposto, elegeu uma união por amor, dedicou-se ao trabalho remunerado e buscou a aventura de conhecer outros países e suas realidades. Viajante, no sentido estrito deste termo, Nisia esteve na França, na Itália e na Alemanha, onde presenciou revoluções políticas sobre as quais escreveu vários livros publicados na Itália, França e Alemanha (Duarte, 1991).

Certamente Nisia Floresta se somava a uma camada de mulheres emancipadas do século XIX do Brasil e de outros países. Elas se correspondiam, conheciam a obra literária umas das outras e se publicavam mutuamente. Escritoras e jornalistas mantinham contato e intercâmbio com intelectuais homens e mulheres da época.

Um novo ciclo feminista se iniciou nas duas primeiras décadas do século XX. No novo momento uma pequena elite de intelectuais de classe média, mulheres que fizeram a universidade no exterior, como Bertha Lutz, se somaram a jornalistas e artistas (Alves, 1980). Essa segunda leva feminista ficou marcada pela luta pelo *direito ao voto*. Brasileiras aderiram a um

movimento internacional pelo sufrágio feminino que se espalhava na Europa e nos Estados Unidos. Berta Lutz recebeu mulheres do movimento norte-americano que vieram fortalecer a atuação das brasileiras (Nazario, 1923). O voto era negado às mulheres mesmo em pequenos setores como, por exemplo, para eleger a presidência do Centro Acadêmico da Faculdade de Direito. Diva Nazario, aluna daquela faculdade, tentou votar. Impedida pelas colegas entrou com uma ação para garantir seus direitos. Conseguiu votar, porém, em urna separada. Finalmente seu voto não foi computado.

As sufragistas fizeram campanhas junto aos deputados e senadores nas ruas e chegaram a jogar panfletos por avião em pleno Rio de Janeiro, numa ação ousada e precoce. Finalmente conseguiram que Getúlio decretasse o direito ao voto, em 1933, o qual foi ratificado pela Constituição de 34. Com o golpe de 37, as mulheres só começaram a votar em 1945 com a redemocratização do país. Ainda assim votar não significava ser candidata ou ser eleita. Poucas se elegeram em 1945 (Tabak, 1982; Blay, 1988), a maioria pelo Partido Comunista ou partidos a ele vinculados. No ano seguinte, os partidos de esquerda foram colocados na ilegalidade e as eleitas, junto com seus companheiros, perderam o mandato.

Zuleika Alembert, deputada estadual paulista, eleita pelos portuários de Santos, foi uma das que tiveram o mandato cassado e foi obrigada a se exilar. A trajetória de Zuleika é paradigmática da atuação das mulheres progressistas pois, terminada a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se a persecutória da Guerra Fria. Com a incorporação do Brasil ao bloco norte-americano, o movimento de mulheres também se dividiu, uma corrente mais ligada à Igreja Católica e a partidos conservadores e outra progressista, que atuava na clandestinidade face à caça aos comunistas (11).

Na década de 60 as mulheres estavam alertas e preparadas para tomar uma posição política fosse à direita ou à esquerda. Iniciou-se o que se poderia considerar uma terceira vaga do feminismo brasileiro. A

10 Escritora inglesa feminista do século XVIII.

11 Este retrospecto certamente é insuficiente para a complexidade do processo de participação política feminina cujo estudo sistemático ainda está por se realizar.

ditadura militar de 1964 constituiu um divisor social. Um forte movimento progressista feminino articulou-se contra a ditadura militar. Enquanto em outras partes do mundo lutava-se contra a discriminação da mulher e pela igualdade de direitos, no Brasil, a estes objetivos se somava a luta pela redemocratização, a anistia aos presos e presas políticos, além de melhores condições de vida (Blay, 1988).

A direita também se reorganizou a partir de grupos ligados à Igreja Católica conservadora. A parcela progressista da igreja, auto-intitulada Teologia da Libertação, aproximou-se dos objetivos da esquerda.

A luta pela recuperação dos direitos civis marcou o movimento feminista desde 1964, na década de 70 até início da de 80. As mulheres criaram alternativas à censura, que coibia a ação dos sindicatos, da imprensa e dos partidos políticos. Fizeram movimentos de rua reivindicando a redução do custo de vida em face do arrocho salarial. Iniciou-se o primeiro movimento de demanda de creches.

Ao lado dessas questões gerais discutia-se o direito ao corpo, à sexualidade feminina, ao prazer, ao aborto. Lutava-se contra uma política de controle da natalidade e, em contraposição, nascia a idéia do planejamento familiar como uma questão de política pública.

O elenco de temas sobre a política do corpo e a sexualidade retomou, depois de mais de 60 anos, as discussões que socialistas e anarquistas tiveram no início do século. Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Emma Goldman, Maria Lacerda Moura, entre outras, tratavam com jovens trabalhadoras e trabalhadores tanto das lutas proletárias como das exigências do corpo. Do mesmo modo como no passado, na segunda metade do século XX os partidos de esquerda recriminaram a abordagem de “temas burgueses” como a sexualidade, o prazer, a prostituição, o casamento e até o amor (Blay, 2001). Foi só no fim do século XX que os direitos das minorias, inclusive das mulheres, entraram para a agenda das esquerdas.

Com a redemocratização pós-anistia de

1979 os partidos políticos se diversificaram e as mulheres começaram a reivindicar legendas nos partidos políticos. As eleições diretas para o governo das capitais, em 1982, tornaram-se um momento decisivo da participação das mulheres nos governos democráticos. A implantação dos Conselhos da Condição Feminina, visto de hoje, foi uma tímida participação política. Na época foi um passo considerável.

A reorganização partidária ampliou enormemente o leque de partidos. Hoje, 2001, há 23 partidos com representação parlamentar. A quantidade não indica diferenças ideológicas cujo espectro pode ser agrupado em três tendências: esquerda, social-democracia, e os neoliberais. Estas três tendências agrupam, no máximo, seis partidos políticos.

Nos últimos vinte anos houve três eleições diretas para presidência da República, cinco eleições municipais, outro tanto estaduais e federais. Renovou-se o Executivo e o Legislativo. Nas eleições de 1985 houve elevação na representação feminina no Legislativo Federal e, daí para a frente, a taxa permaneceu a mesma, em torno de 7%. Nas últimas eleições (1998) houve nova retração de 32 deputadas para 29 em um total de 513 deputados, ou seja, 5,6% (Quadro 4). O panorama é o mesmo em praticamente todos os níveis. O único segmento que cresceu, porém muito pouco, foi o Executivo Municipal. Aumentou o número absoluto de prefeitas, mas ainda assim não passam de 5,68% (*Jornal Fêmea*, 10/2000).

Para tentar reverter este quadro foi aprovada uma lei de cotas (12), que prevê que 30% das legendas dos partidos sejam ocupadas por mulheres. A lei é inadequada, não prevê nenhuma punição se não for cumprida e ainda elevou o número de candidatos homens (ao invés de 100% na verdade têm-se 130%). O mais grave, porém, é que esta legislação não foi discutida com a sociedade, resultando que nem os membros dos partidos políticos a conhecem (Araujo, 1999).

Se o cenário eleitoral é pobre para a representação feminina, observa-se uma paradoxal institucionalização dos movi-

12 O tema gênero é secundário ou mesmo inexpressivo na maioria dos partidos políticos. No entanto, provocado por algumas lideranças femininas, foi elaborada e aprovada em 1995 uma legislação que atingiu todos os partidos políticos: uma lei de cotas. A “lei de cotas” foi elaborada dentro da Câmara Federal após uma forte negociação com políticos do sexo masculino resultando numa distorção profunda. Para compensar uma cota de 20% de mulheres, os partidos políticos exigiram a ampliação do total de vagas, isto é, se o total era X ele passou a ser X+ 20%. Ou seja, o número de vagas para candidatas cresceu de 100% para 100% + 20%. Nos anos seguintes, como a cota subiu para 25% e 30%, respectivamente, o número de vagas também cresceu na mesma porcentagem. A título de exemplo, se um partido político tivesse o direito de apresentar 100 candidatos, em decorrência da lei de cotas ele pode atualmente apresentar 130 candidatos dos quais 30% mulheres.

mentos sociais. Alguns fatos apontam nesta contraditória orientação. O ativo movimento das décadas de 70 e 80 mal se manifestou para indicar sua posição para a Reunião “Beijing+5”. A tarefa ficou a cargo da Articulação de Mulheres, que reúne grande número de ONGs. A Articulação (13) realizou um extraordinário trabalho de análise e crítica das ações governamentais posteriores a Beijing. Resta saber se os documentos chegarão ao movimento de mulheres a fim de que o mesmo possa orientar suas demandas em face dos governos.

É muito cedo para se avaliar se está havendo uma renovação do movimento de mulheres em nível nacional. No último Encontro Nacional Feminista de João Pessoa (26 a 29/4/2000) houve intensa atividade, conferências, resultados de pesquisas acadêmicas e uma série de atividades artísticas, oficinas e debates. Cerca de 15% das participantes tinham entre 20 e 30 anos, indicando uma nova face da presença de mulheres. Observou-se que 62% estavam indo a uma reunião feminista pela primeira vez (RedFax, 2000).

Ao institucionalizar sua ação e se arti-

cular muito proximamente aos partidos políticos a ação dos movimentos de mulheres sofreu um claro enfraquecimento em face do Estado. Embora denúncias provenientes da sociedade continuem a existir, parece que foram delegadas, para “organismos estabelecidos”, grupos organizados muitas vezes patrocinados pelo próprio Estado ou por organismos internacionais (14).

É possível que a atenuada crítica dos movimentos sociais às políticas públicas se deva ao reconhecimento que o “inimigo” está em outro lugar. Por exemplo, na reunião de Lima, organizada pela Cepal (março de 2000) e preparatória de “Beijing+5”, havia um clima de harmonia entre representação do Estado e movimentos sociais; visivelmente os “inimigos” eram países liderados pelo Vaticano (os quais poderiam impedir propostas mais avançadas na área da saúde reprodutiva), o FMI e as políticas neoliberais. Questões importantes para o movimento de mulheres ficaram em segundo plano em face de uma estratégia de harmonia entre Estado e Movimento. As conclusões enfatizaram temas aceitos por todas(os), tais como: resistência a políticas econômicas neoliberais, sobrecar-

13 Editou dois livros (FEMEA, 2000; Miguel, 2000) com seguras informações sobre políticas públicas para as mulheres, uma descrição cuidadosa do que foi feito pelo governo, o que Beijing programara e um balanço crítico dos resultados. As informações abrangem meio ambiente, pobreza, trabalho, renda, seguridade social, poder, educação, meios de comunicação, violência, saúde, direitos sexuais e reprodutivos; estão lá e podem ser consultadas com segurança.

14 Esses organismos têm tido uma atuação mais discreta. Por exemplo, a campanha nacional de 1997 de prevenção do câncer do colo do útero, que teve inúmeras falhas, não recebeu dos movimentos organizados a devida cobrança pública. Exceto a precedente denúncia da deputada federal Jandira Feghali, médica e de oposição, não se viram outras manifestações.

QUADRO 4 - MULHERES NO LEGISLATIVO (PARLAMENTOS BICAMERALES)

País	Ano	Número de mulheres	% de mulheres	Ano	Número de mulheres	% de mulheres
Argentina	1998	2 de 72	3%	1999	68 de 257	27%
Bolívia	1997	1 de 27	4%	1997	5 de 130	12%
Brasil	1998	6 de 81	7%	1998	29 de 513	6%
Chile	1997	2 de 49	4%	1997	13 de 120	11%
Colômbia	1998	13 de 102	13%	1998	19 de 161	12%
República Dominicana	1998	2 de 30	7%	1998	24 de 149	16%
México	2000	20 de 128	16%	2000	78 de 500	16%
Paraguai	1998	8 de 45	18%	1998	2 de 80	3%
Uruguai	1999	3 de 31	10%	1999	12 de 99	12%

Fonte: Htun e Jones, 2000.

QUADRO 5 - GOVERNADORAS

País	Data	Número absoluto
Brasil	1999-2003	1 de 27
	1995-1999	1 de 27
Chile	1997	2 de 13 governadoras regionais;
		5 de 50 governadoras provinciais
Costa Rica	1994	5 de 7

Fonte: Htun e Jones, 2000.

ga econômica das mulheres e políticas para reduzir a pobreza feminina.

Um balanço das últimas décadas indica que as mudanças sociais foram profundas do ponto de vista democrático, mas isso não foi suficiente para alterar radicalmente a imagem patriarcal sobre a mulher. Persistem nichos onde vigora uma imagem feminina vinculada à maternidade e ao cuidado da família, à saúde da prole. Não por acaso todos os movimentos sociais por saúde ou creches são liderados por mulheres (Citelli, 1994).

Estes valores se refletem na seleção de mulheres que participam da vida política eleitoral. Um recente estudo sobre o estado matrimonial de parlamentares (Araujo, 1999, p. 179) indica que 68% dos candidatos à Câmara Federal para a eleição de 1998 eram casados enquanto apenas 44% das mulheres o eram. Em compensação, as mulheres eram principalmente solteiras: 32%, enquanto apenas 12% dos homens tinham este estado civil. Ou ainda 11% dos homens eram divorciados ou separados e 15% das mulheres estavam nesta situação. As viúvas eram 7% e os viúvos apenas 2%. Parece, pois, que casamento e política são incompatíveis para as mulheres. É como se a mulher tivesse de escolher entre a casa e a política, como relataram muitas mulhe-

res (Araujo, 1999).

Quando entram para a vida político-partidária as mulheres são vistas como mais interessadas em temas como cuidados com crianças, educação, saúde, qualidade de vida. E, de fato, em suas atuações no poder local estes temas são os prediletos (Blay, 1988).

A idealização materna, as atribuições familiares acabam construindo uma imagem de mulher menos corrupta, mais trabalhadora e eficiente. Certamente o fato de 25% das famílias serem chefiadas exclusivamente por uma mulher contribui para fortalecer aquela imagem. A acusação de corrupção feita a várias mulheres que ocupam postos de poder não foi suficiente para abalar a crença na “honestidade” feminina. Mas não parece que tal atributo seja suficiente para que uma mulher se torne vencedora em disputas eleitorais.

A relação entre o Estado, a sociedade e a parcela feminina da população carece de canais de negociação. A cidadania feminina está ainda em construção e não há mecanismos institucionais de diálogo entre o poder e a cidadã.

Até os anos 60-70, ser mulher era um fator negativo para se participar da vida política eleitoral e partidária. As mulheres tinham de provar que eram tão capazes quanto os homens. Atualmente as mulheres não precisam mais provar essa competência. Entretanto, ser mulher também não ajuda necessariamente as candidaturas.

A igualdade de oportunidades na política ainda não foi alcançada.

2001: AS MULHERES ESTÃO A CAMINHO DA CIDADANIA

O processo de emancipação da mulher pós-70 impôs outras óticas para a análise de velhos temas. Por exemplo, como ficam a estrutura e a organização da família se a mulher não é mais o ser domesticado responsável pelos serviços que são a ela atribuídos? Como fica a educação da criança?

Ao rediscutir a família, desvenda-se e se questiona a dupla conduta para a sexualidade masculina, uma para dentro e outra para fora do lar; rompe-se a superfície de uma “paz doméstica” construída sobre a subordinação e o silêncio da mulher. As denúncias de incesto, abuso sexual, estupro tornam-se públicas; a vida familiar vai sendo exposta e dessacralizada. O debate vai mais fundo quando temas ocultos vêm à tona como a violência intrafamiliar e os crimes cometidos para garantir o poder do “chefe”.

Assim como teve data o fim da legitimidade dos crimes em nome da honra (15), outras mudanças estão em curso. Ao se alterar uma das peças desse arranjo social, as transformações se encadeiam impulsionadas por movimentos sociais voltados para a construção da igualdade de direitos.

O feminismo provocou uma revisão na política do corpo, nas relações de gênero e na vida político-partidária. Nos últimos vinte anos evoluiu para uma nova crítica à desigualdade e à construção dos direitos igua-

litários e de igualdade de oportunidades. Reinventa-se a cidadania para incluir as mulheres: a Declaração Universal dos Direitos do “Homem” passou a ser a Declaração Universal dos Direitos “Humanos” depois da Conferência de Copenhague de 1993 para incluir as mulheres. A ruptura da antiga ordem hierárquica de dominação masculina é muitíssimo recente, como se vê.

As transformações não são rápidas nem lineares; alguns avanços são fugazes, obstáculos permanecem ou retornam na área econômica, política e sobretudo nas relações da vida privada onde a violência parece recrudescer. Iniciamos o terceiro milênio com várias contradições: há uma elevação feminina em todos os níveis educacionais, amplia-se a diversidade de campos profissionais, desvenda-se a sexualidade feminina, a legislação começa a se alterar. Por outro lado, há uma feminização de carreiras profissionais, não por acaso as de pior remuneração, as hierarquias nos salários se rearticulam nos novos campos profissionais, o trabalho doméstico continua

15 Doca Street e Lindomar
Castilho.

QUADRO 6 - PREFEITAS

País	Ano	Mulheres	% de Total
Argentina	1997	?	7,0%
Brasil	1997-2001	303 de 5.505	5,5%
	1993-1997	171 de 4.972	3,4%
República Dominicana	1998	?	6,0%
Guatemala	1998	3 de 330	1,0%
	2000	85 de 2.427	3,5%
México	1998	79 de 2.418	3,27%
	1995	94 de 2.395	4,0%
Peru	1998	54 de ?	
	1995	54 de ?	

Fonte: Htun e Jones, 2000.

**Quadro 7 - HOMICÍDIO DE MULHERES EM SÃO PAULO
(mulheres de 15 a 19 anos, taxa de mortalidade em 100.000)**

	1980	1985	1990	1995
Capital	5,9	7,1	8,6	13,0
Interior	3,2	4,9	4,8	5,6
Total	4,6	6,0	6,8	9,3

Fonte: Seade, 1997.

uma atribuição feminina, e a violência se agrava. Persistem os antigos valores patriarcais de propriedade da mulher pelo homem. A nova mídia exacerba a exploração do corpo feminino banalizando-o e reduzindo-o a uma mercadoria barata. A Internet constitui um novo meio de prostituição e de pornografia infantil, a televisão sexualiza o corpo feminino (e masculino) desti-

tuindo-o de qualquer forma de dignidade e utilizando-o apenas para vender qualquer coisa – do carro ao sapato, da comida de gato ao desodorante.

A igualdade entre homens e mulheres está longe de ser alcançada. Novas estratégias são buscadas para alterar a nova hierarquização de gênero do mundo pós-moderno e globalizado.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo: a Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- ARAUJO, Clara Maria de Oliveira. *Cidadania Incompleta: o Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, 1999.
- ARTICULAÇÃO de Mulheres Brasileiras. "Políticas Públicas para Mulheres no Brasil", in *Balanço Nacional Cinco Anos após Beijing*. Brasília, AMB, 2000.
- BLAY, Eva Alterman. *8 de Março: Conquistas e Controvérsias*, 2001 (no prelo).
- _____. *Asesinadas y no Asesinas*. Fempress, fevereiro de 2000. vol. 219-220, pp. 18-9.
- _____. "Women, Redemocratization and Political Alternatives", in Chacel Falk e David Fleischer (ed.), *Brazil's Economic and Political Future*. Boulder and London, Westview Press, 1988 (199, p. 214)
- _____. "Mulheres e Empregos", in *Folha de S. Paulo*, 2/12, 1997, pp. 1-3.
- _____. *As Prefeitas*. Rio de Janeiro, Avenir, 1976.
- BLONDE CONSTANCE, Paul. "Sudden Surge in Women's Representation", in *IDB America* (September-October/1998) (La fuerza repentina de la representación femenina. BID América) apud Htun, op. cit., 2000.
- BOLETIM Saúde Reprodutiva na Imprensa, edição de 16 a 31/1/01.
- CARNEIRO, Suely. "Mulher no Novo Milênio". Conferência pronunciada no Seminário "A Mulher no Novo Milênio" organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- CITELI, Maria Teresa. *Mulheres e Direitos Reprodutivos na Periferia: Releitura Feminista de um Movimento de Saúde*. Imprensa São Paulo, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, 1994.

- COMISSÃO Cidadania e Reprodução. *Olhar sobre a Mídia (Una Mirada sobre los Medios)*, edição da Comissão de Cidadania e Reprodução, 2000.
- COETELLO, Cynthia B.; MILES, Shari e STONE, Anne J. *The American Women 1999-2000. A Century of Change-What's next?* New York. W. W. Norton & Company, 1998.
- CRESCENTI, Maria Thereza C. *Mulheres de Ontem?* São Paulo, T. A. Queiroz, 1989.
- DAVIES, Natalie. *Nas Margens*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- DUARTE, Constanca Lima Duarte. *Nísia Floresta. Vida e Obra*, 1998.
- HAVELKOVÁ, Hana. "Women in and after a 'classless' society", in Christine Zmroczek e Pat Mahony, *Women and Social Class-International Feminist Perspectives*. UK, UCL Press, 1999, pp. 69-84.
- HTUN, Mala N. e MARK, P. Jones. *Los Camiños al Poder*. Seminario del BID/Prolid. "Liderazgo de la Mujer: Teoría y Práctica". Cancún, México, agosto de 2000.
- LEI ELEITORAL 9.100, 29/setembro/1995.
- LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo, Ática, 1984.
- LUCIAK, Ilija. *Mujeres en Transición. Izquierda Revolucionaria, Igualdad De Género Y Democratización. Una Comparación Entre El Salvador y Nicaragua*. Departamento de Ciências Políticas do Instituto Politécnico e Universidade Estatal de Virginia, 2000a (no prelo).
- _____. *Igualdad de Género y La Izquierda Revolucionaria: El Caso De El Salvador*, 2000b (no prelo).
- MELO, Monica de. "Crime Passional", in *Diário Popular*, Caderno Mulher, 3/9/2000.
- MIGUEL, Sônia Malheiros. *A Política de Cotas por Sexo. Um Estudo das Primeiras Experiências no Legislativo Brasileiro*. Brasília, CFEMEA, 2000.
- NAZARIO, Diva Nolf. *Voto Feminino e Feminismo: um Ano de Feminismo entre Nós*. São Paulo, 1923.
- PRADO, Danda (org.). *Cícera, um Destino de Mulher*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- REDEFAX. Informativo Eletrônico da Rede Saúde, Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.
- SEADE. *Mulher e Trabalho. Mercado de Trabalho Feminino em São Paulo no Quadrênio 1994-1998*. São Paulo, Seade, 2000.
- TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema. *Mulher e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
-